

Andréa Perna (Câmara dos Deputados, Coordenadora)

**As funções desempenhadas pelos E-parlamentos na América Latina: a Câmara dos
Deputados brasileira de uma perspectiva comparada (2016-2020).**

BRASÍLIA

2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: As funções desempenhadas pelos E-parlamentos na América Latina: a Câmara dos Deputados brasileira de uma perspectiva comparada (2016-2020).

Autores

Andréa Sampaio Perna (Câmara dos Deputados, Coordenadora)

Integrantes da pesquisa:

Sérgio Braga: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728067E6>

Isabele Mitozo: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4238908J9>

Fabricia Vieira Almeida (PPGCP-UFPR)

Francisco Paulo Jamil Marques (PPGCP-UFPR)

Márcio Cunha Carlomagno (PPGCP-UFPR)

Rafael Cardoso Sampaio (PPGCP-UFPR)

Linha de Pesquisa: Política institucional do Poder Legislativo

Data: 22-02-2017

Resumo: Este projeto pretende agregar diversas pesquisas sobre a democracia digital e e-parlamentos na América Latina que tenham um viés comparativo. O objetivo básico é comparar várias experiências de uso das tecnologias digitais no Brasil com outros países da América Latina. Nossa análise baseia-se no modelo metodológico proposto por Cristina Leston-Bandeira, em seus diversos trabalhos sobre os parlamentos digitais europeus. Nossa hipótese geral de pesquisa é a de que as tecnologias digitais estão impactando de forma incremental as democracias latino-americanas contribuindo para a melhoria de sua qualidade ao abrir oportunidades de interação entre esfera política e esfera civil, e contribuir para a criação de uma cultura política de alternância no poder e mais participativa. A metodologia empregada será a análise comparativa, em sua dimensão qualitativa e quantitativa, e também estudos de caso de processos decisórios específicos. Esperamos com esta pesquisa efetuar estudos empiricamente orientados das principais experiências de democracia digital nos E-parlamentos na América Latina, analisando o Brasil nesse contexto de uma perspectiva comparada.

2. APRESENTAÇÃO

O objetivo mais geral dessa proposta de pesquisa é analisar, de uma perspectiva comparada, experiências de emprego das tecnologias digitais nas instituições e processos de representação e participação políticas (especificamente: E-parlamentos e elites parlamentares, e processos decisórios governamentais que envolvam o parlamento), apreendendo eventuais impactos de tais fenômenos no comportamento político dos atores atuantes nestas esferas em países da América Latina. O principal problema, portanto, é o dos impactos das tecnologias digitais no sistema político brasileiro, em comparação com outros países latino-americanos. Estas tecnologias e redes digitais estão contribuindo para aprimorar a qualidade da democracia nesses países ou teriam pouco impacto na qualidade da democracia e mesmo causando um “retrocesso democrático” como querem alguns? (Snider, 2005; Hyndmann, 2008).

Para abordar este problema mais geral, selecionaremos uma série de fenômenos relacionados aos impactos das tecnologias digitais na arena política nesses países que possam servir de contraste com os fenômenos observados no Brasil, tais como: (i) o uso das tecnologias digitais pelos parlamentos e pelas elites parlamentares, destacando as funções desempenhadas pelos websites parlamentares nesses países, especialmente as funções educativas dos parlamentos; (ii) análise de determinados estudos de caso de processos decisórios e de elaboração de políticas públicas que ocorrem nesses países e que utilizam tecnologias digitais, especialmente aqueles que as usam para abrir canais de interação e participação política aos cidadãos; (iii) análises de como as assessorias parlamentares avaliam o uso das tecnologias digitais em seus trabalhos cotidianos.

Nesse contexto, a questão dos impactos das tecnologias digitais nos processos decisórios e de representação e participação políticas tem sido objeto de uma ampla gama de estudo nos últimos anos, especialmente após os impactos das mídias sociais que possibilitam uma maior interação e participação política dos cidadãos, ou seja, a chamada “Web 2.0”. Nos países de democracia mais institucionalizada e estável, onde a reflexão sobre o tema está mais avançada, há um grande e crescente campo de estudos e pesquisas sobre os impactos das novas tecnologias, em geral, e da internet em particular, nestes sistemas políticos (Chadwick & Howard, 2008; Dutton, 2013; Coleman & Freelon, 2015). Entretanto, como observado por outros autores em trabalhos recentes (Coleman & Kaposi, 2010; Welp & Bleuer, 2014), ainda faltam estudos sobre o tema na América Latina, especialmente de uma perspectiva comparada, com o mesmo grau de sistematicidade e abrangência daqueles existentes nos países de democracias mais institucionalizadas e estáveis.

Com efeito, nos países mais desenvolvidos os impactos da internet nos mais variados tipos de atores e instituições integrantes dos “sistemas políticos virtuais” já foram objeto de um amplo corpus de estudos sistemáticos e “empiricamente orientados” empreendidos sob a ótica mais estrita da ciência política, especialmente nos países anglo-saxões. No Brasil e na América Latina, talvez refletindo o caráter ainda embrionário do uso dos recursos digitais pelos diferentes atores

participantes do jogo político, ou mesmo o nível mais baixo de institucionalização política das democracias representativas existentes nestes países comparados ao dos países desenvolvidos, ainda é relativamente escassa a bibliografia de ciência política que busca efetuar um enquadramento teórico mais sistemático do uso das novas tecnologias pelos atores políticos a partir das contribuições dos autores que refletiram sobre as mudanças nos processos de representação política das sociedades modernas, sendo que apenas recentemente passaram a ser publicados trabalhos mais abrangentes de viés comparativo (Braga & Perna, 2012; Faria, 2012; Welp, 2014).

Também não se encontram nesses países esforços de sistematização da literatura ou das várias experiências de “democracia digital” neles implementadas, excetuando o estudo pioneiro empreendido por Coleman e Kaposi já citado (2010) que, entretanto, trata dos países da “terceira onda” democrática de uma maneira geral, sendo os países da América Latina apenas um subconjunto desse conjunto mais amplo. Não obstante esse fato, nos últimos anos podemos observar a existência no Brasil de um crescente corpo de estudos sobre os impactos das novas tecnologias digitais e da internet nos processos de representação e participação políticas, sendo que muitos destes trabalhos foram elaborados por pesquisadores participantes da presente investigação (Braga, Amadeu & Penteado, 2014; Maia, Gomes & Marques, 2011; Marques, Sampaio & Aggio, 2013; Aldé & Marques, 2015).

Nesta pesquisa, procuraremos empreender uma análise nesse sentido, na medida em que buscaremos efetuar um exame dos impactos das novas tecnologias sobre os processos de representação e participação política, abrangendo dimensões tais como os órgãos legislativos e as elites parlamentares, e os processos deliberativos que ocorrem na esfera pública dos países latino-americanos. O conceito-chave que integra as abordagens parciais é o de “sistema político virtual”, elaborado pela cientista política Pippa Norris em seu trabalho seminal e pioneiro sobre os impactos da internet em diferentes países do mundo (Norris, 2001, dentre outros). A autora desenvolve o argumento de que há duas principais influências da Internet sobre as democracias parlamentares modernas: ampliar os canais de informação pública acessíveis à população e dinamizar a comunicação da sociedade com as instituições políticas representativas. Cidadãos e grupos de interesse poderão participar mais ativamente do processo político em virtude das facilidades de comunicação, partidos políticos terão à frente novas condições para a competição, a sociedade civil poderá organizar mobilizações com menores custos, e a transparência do poder público será ampliada, devido à difusão de informações públicas. Os efeitos cumulativos desse processo poderão potencializar a consciência cívica dos cidadãos e eventualmente redundar na criação de “sistema político virtual” que fortaleceria as instituições políticas estratégicas e os atores políticos mais engajados (cidadãos informados, imprensa, movimentos sociais, grupos de interesse, partidos políticos, etc.), sobretudo nas democracias mais recentes, aumentando o pluralismo societal e, no longo prazo, a própria qualidade da democracia nestes sistemas políticos.

3. PROBLEMA

Como as tecnologias digitais estão dinamizando as funções dos parlamentos da América Latina? Quais as boas práticas que podem ser observadas nesses E-parlamentos que funcionam como “inovações democráticas” (Smith, 2008) a serem replicadas em outros países e outros sistemas políticos?

4. OBJETIVOS

Nossa ambição inicial é empreender uma série de estudos sobre os impactos das tecnologias digitais na esfera política nas dimensões acima mencionadas, comparando os fenômenos que ocorrem nos países latino-americanos com aqueles observados no Brasil.

Dentro desse contexto, podemos listar os principais objetivos e metas a serem alcançados pela presente pesquisa:

1) Efetuar um levantamento e sistematização da bibliografia relevante sobre tecnologias digitais, representação e participação política nos principais países da América Latina, especialmente aqueles que possuem maior potencial de contraste com o Brasil, tais como Argentina, Chile, Colômbia, México, Uruguai e Venezuela. A partir da consolidação dos resultados nesses sete países, a ideia do projeto é ampliar progressivamente o levantamento bibliográfico de forma a abranger progressivamente outros países latino-americanos. Este levantamento bibliográfico dará origem a um primeiro trabalho a ser disponibilizado para o público mais amplo em formato digital, intitulado *Referências para o estudo das experiências de democracia digital na América Latina*.

2) Analisar os principais impactos das tecnologias digitais nas instituições legislativas da América Latina, abrangendo tanto os órgãos parlamentares quanto as elites políticas que atuam em tais órgãos, concentrando-se no papel educativo do parlamento e das experiências educacionais. Esse segundo objetivo se corporificará na elaboração final de um estudo sobre as funções desempenhadas pelos websites legislativos e o papel educativo do parlamento na América Latina.

3) Fazer um levantamento das principais experiências de participação e deliberação políticas que envolvam E-parlamentos atualmente em andamento nos países da América Latina, semelhante ao realizado anteriormente por Stephen Coleman e Ildiko Kaposi em seu trabalho pioneiro já citado e por Rafael Sampaio em seu trabalho anterior sobre os Orçamentos Participativos Digitais (Sampaio, 2014). Esses objetivos se corporificarão na meta de elaboração de um relatório intitulado: Um estudo sobre os projetos de e-participação nos países da América Latina, a cargo de Isabele Mitozo, Rafael Sampaio e Francisco Jamil Marques.

4) Analisar a percepção das assessorias parlamentares nos processos de implementação dos E-parlamentos, dando continuidade e estudos empreendidos anteriormente por outros pesquisadores envolvidos na presente pesquisa (Carlomagno, 2016).

5) Por fim, procuraremos analisar estudos de caso de experiências de democracia digital onde as tecnologias digitais tenham destaque seja na mobilização dos cidadãos, seja no tramite das propostas legislativas. Nessa primeira fase da pesquisa serão selecionados os casos da

mobilização em torno das *10 medidas contra a corrupção* e efetuada uma avaliação do Portal *E-democracia*, em comparação com outras experiências análogas existentes nos portais latino-americanos acima mencionados.

Cada uma dessas frentes de pesquisa ficará sob a responsabilidade de um dos pesquisadores-doutores participantes do projeto e sob a supervisão geral do proponente. Nesse sentido, esse projeto tem a pretensão também articular e estabelecer um diálogo sistemático entre as várias pesquisas ora em andamento da linha de pesquisa “Comportamento, Representação e Comunicação Política”, do PPGCP/UFPR e com as linhas análogas no CEFOR, visando a consolidação e maior visibilidade internacional das pesquisas realizadas em ambos os programas de pós-graduação, com vistas ao estabelecimento de futuros intercâmbios e parcerias.

Além desses objetivos mais gerais, temos os seguintes objetivos mais específicos a serem realizados nos próximos anos de pesquisa.

1. Dar continuidade à construção de uma rede de intercâmbio científico entre os grupos de pesquisa envolvidos na proposta, especializados no estudo dos meios e modos de utilização dos media digitais para o incremento das práticas democráticas, da própria UFPR e de outros estados, divulgando os resultados das pesquisas para a comunidade e interagindo com ela.

2. Estimular e aprofundar a parceria com outros programas de pós-graduação brasileiros e internacionais, objetivando o intercâmbio de alunos e professores por meio de agregação de dados coletados em bancos de uso comum, realização de cursos de curta duração e de co-orientação de pesquisas.

3. Incentivar a elaboração de trabalhos e análise de dados em parceria, prevendo-se, ainda, a participação em eventos científicos da Grande Área de Ciências Humanas, especialmente ciência política.

4. Promover a publicação dos resultados da investigação em periódicos de maior índice de impacto, contando com a participação de alunos de pós-graduação.

5. Estimular a realização de cursos ministrados por parte dos integrantes da proposta (visitas técnicas às instituições parceiras), bem como promover a visita de especialistas na área, permitindo ainda a integração dos pesquisadores dos grupos proponentes com centros de excelência localizados em instituições do exterior interessadas em trocar experiências na área de estudos sobre democracia digital e na interface entre media e democracia.

5. JUSTIFICATIVA

Este projeto se justifica, portanto, primordialmente pela necessidade de empreender uma articulação e intercâmbio mais estreito e permanente entre os pesquisadores que realizam investigações sistemáticas neste campo, de forma a elevar a pesquisa sobre o tema para novos patamares, incorporando as expertises particulares desenvolvidas por diferentes grupos de pesquisa e elevando a qualidade das publicações e da formação de recursos humanos dos

pesquisadores brasileiros para novos patamares, visando a ampliação dos horizontes geográficos das investigações (abrangendo também outros países da América Latina), e elevando a qualidade dos trabalhos científicos produzidos no Brasil a níveis semelhantes aos produzidos em países onde os estudos sobre a temática estão mais avançados. A relevância científica e tecnologia da proposta, portanto, consiste em efetuar um mapeamento das experiências de uso das tecnologias digitais nos processos decisórios em países selecionados da América Latina, e inserir o Brasil nesse contexto mais amplo.

Uma contribuição importante da literatura mais recente sobre e-parlamentos é a de demonstrar que os órgãos parlamentares podem desempenhar uma série de outras funções que podem ser dinamizadas por intermédio do uso das tecnologias digitais e, em particular, da internet. Cristina Leston-Bandeira, por exemplo, seu artigo seminal sobre o assunto sugere uma estrutura de análise para o exame dos impactos da internet nos trabalhos parlamentares, e enumera as seguintes funções desempenhadas pelos órgãos parlamentares e que podem ser potencializadas por intermédio do uso das tecnologias digitais: mediação e resolução de conflitos, educação, legislação, legitimação, representação e fiscalização do executivo (Leston-Bandeira, 2007; 2009). Sendo assim, justifica-se amplamente uma análise comparada das várias funções desempenhadas pelos E-parlamentos que não se restrinja apenas às abordagens deliberacionista e participacionistas que tem dominado este tipo de estudos.

6. REVISÃO DA LITERATURA

A motivação inicial para uma investigação baseada nessas questões vem de trabalhos anteriores (PERNA & BRAGA, 2012; MITOZO, 2013), em que foi observado o caso brasileiro, encontrando lacunas acerca na literatura sobre o estudo das funções desempenhada pelos E-parlamento assim como análises mais aprofundadas de estudos de caso de processos decisórios que envolvam as tecnologias digitais. Do mesmo modo, pode-se perceber, a partir de mapeamento realizado sobre os trabalhos que estudam a relação entre parlamentos, internet e participação online, que ainda há uma literatura teórica ampla sobre e-parlamentos, em geral, mas não acerca dessa relação específica, tendo em vista que poucos (dentre artigos, livros, teses e dissertações) se concentram especificamente no provimento de participação online pelos parlamentos. A maior ocorrência ainda consistiu em reflexões mais teóricas acerca das inovações que a web proporcionou a essas instituições (COLEMAN et al., 1999; TAYLOR & BURT, 1999; ULRICH, 2005; WARD, GIBSON, LUSOLI, 2005; LASSE et al., 2006; DAI & NORTON, 2007a, 2007b; SHAHIN & NEUHOLD, 2007; LESTON-BANDEIRA, 2007; LESTON-BANDEIRA & WARD, 2008; PAPALOI & GOUSCOS, 2011; FARIA & REHBEIN, 2015). Os estudos mais empíricos das sobre e-parlamento online proporcionadas por casas legislativas ganharam mais fôlego nos últimos anos, estando os casos brasileiros entre os protagonistas das análises, devido à multiplicidade desses mecanismos (ROMANELLI, 2016; EHLERS, 2016; ROCHA, 2015; FARIA, 2012; RAUPP & PINHO, 2012; SOBACI, 2011; DALBOSCO & VIEIRA, 2011; LUSOLI, WARD, GIBSON, 2006; MAMBREY et al.,

1999). Embora ainda haja uma grande ocorrência de análises acerca dos websites institucionais, estas parecem ter se concentrado em uma década específica (ZITTEL, 2004; MARQUES & MIOLA, 2007; VICENTE-MERINO, 2007; MARQUES, 2008, 2010; MISSINGHAM, 2011; LESTON-BANDEIRA, 2012; PEIXOTO, 2013; BRAGA & TADRA, 2013).

O que se pode destacar em muitos desses trabalhos, no entanto, é a predominância de um caráter normativo, i.e., uma preocupação com o estabelecimento de um modelo ideal para o desenvolvimento de ferramentas participativas (HOFF, 2004; PEIXOTO, 2013; SETÄLÄ & GRONLUND, 2006; MARQUES, 2008; BRAGA & TADRA, 2013; MIOLA, 2010) ou, ainda, sua concentração em casos com basicamente o mesmo grupo de características, especialmente dos países europeus (WELP, 2013; LESTON-BANDEIRA, 2007, 2009; LUQUE, 2012; VICENTE-MERINO, 2007).

Análises deliberativas, muitas vezes normativas, também se constituíram foco de pesquisas (SETÄLÄ & GRONLUND, 2006; MIOLA, 2010; MORENO & TRAVERSO, 2009; CAMPOS-DOMÍNGUEZ, 2011; BEČAK & LONGHI, 2012), assim como consultas públicas (COLEMAN, 2004; SOARES, 2013; WINCKLER, 2015), parlamento e provimento de informação online (KELSO, 2007; FERGUSON, 2008; DALBOSCO, 2010), petições online (MACINTOSH et al., 2008; LINDNER & MILES, 2010; WIEDENHÖFER et al., 2014) e parlamentos e o uso de e-mails (BARBOUR, 1999; CARTER, 1999; JOHNSON, 2013; DAI, 2007b; OWEN et al., 1999). Algo a se pontuar é que alguns trabalhos se concentraram (mesmo havendo, por vezes, breve análise de um caso) no mapeamento de iniciativas (SEPULVEDA, 2002; SEATON, 2005; ALLAN, 2006; BRAGA & PERNA, 2011; KUKOVIC & HAČEK, 2014).

Por fim, não se pode deixar de perceber o destaque recebido ainda pela interação entre parlamentares, individualmente, e os cidadãos/eleitores, antes pela comunicação por correio eletrônico e, mais recentemente, pelo uso de redes sociais digitais para acessar seu eleitorado (NORTON, 2007; DAI, 2007a; LINDH & MILES, 2007; LESTON-BANDEIRA & BENDER, 2013; GRIFFITH & LESTON-BANDEIRA, 2012; HOFF, 2004; CAMPOS, 2010; CARDOSO et al., 2003; DADER, 2003; NICOLAS, 2015).

O conjunto desses estudos é importante para fortalecer o campo de pesquisa e apontar o norte do que ainda precisa ser explorado. Três trabalhos, mais especificamente, chamam atenção por destacar algo fundamental: a expressão das funções offline do parlamento a partir de suas ferramentas digitais (LESTON-BANDEIRA, 2007, 2009; ROMANELLI, 2016). Esses trabalhos dão pistas do que seriam as reais motivações dos parlamentos ao promover de engajamento a participação por meios digitais. Uma lacuna que se encontra nos estudos, todavia, é a utilização pelas casas legislativas de outros canais que não os websites próprios, em especial as redes sociais digitais, algo que a pesquisa aqui apresentada destacará.

7. METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa, portanto, é investigar como essas os e-parlamento têm trabalhado no provimento de mecanismos online para o desempenho de suas funções, bem como

efetuar estudos de caso de processos decisórios que aproximam os parlamentos da sociedade, incluindo aí o papel das assessorias parlamentares na gestão das mídias sociais. A metodologia aplicada, para tanto, será mista, utilizando-se de estratégias tanto de análise de conteúdo quantitativa quanto qualitativa, estudos de caso e aplicação de questionários quando for necessário. Isso ocorrerá devido à multiplicidade de material empírico. Desse modo, seguem-se os procedimentos: 1) Análise documental, momento em que o trabalho se voltará para a observação dos documentos que originaram as ações relacionadas a projetos de participação online, de ambos os parlamentos; 2) Análise de conteúdo dos portais desenvolvendo e aprofundando estratégias metodológica já empregadas em outros estudos (BRAGA, MITOSO & TADRA, 2016); 3) Análise de estudos de caso de processos decisórios online, seções em que se observarão, de acordo com um índice elaborado a partir da literatura, as diferentes iniciativas de participação, iniciando por sua descrição e apontando prós e contras dos projetos; e, por fim, 4) Análise de discussões, quando se investigará a estrutura dos debates que os parlamentos em foco proporcionaram aos cidadãos, desde a observação mais quantitativa de suas características (como número de participantes, de fóruns e de temas abordados) a análise de conteúdo mais qualitativa das conversações (com quem se fala, características da interação).

8. CRONOGRAMA

As linhas gerais de nosso planejamento de pesquisa encontram-se expostas abaixo. Sublinhe-se que ao longo de todo período do processo de execução de pesquisa está previsto o intercâmbio entre docentes e discentes de diferentes instituições, a depender da dinâmica de funcionamento do grupo e dos interesses e disponibilidade dos integrantes da pesquisa.

Cronograma físico-financeiro:

Etapa (2017)	Primeiro ano (4 trimestres)			
	1 ^o	2 ^o	3 ^o	4 ^o
1. Revisão teórica	X	X	X	X
2. Discussão metodológica da análise de conteúdo e das técnicas de estudo de caso.		X	x	
3. Análise de conteúdo exploratória dos E-parlamentos latino-americanos.		X	X	X
4. Aplicação dos questionários às assessorias parlamentares.				X
5. Participação em eventos com resultados da pesquisa			X	X

Etapa (2018)	Segundo ano (4 trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
6. Discussão metodológica dos estudos de caso	X	X		
7. Treinamento dos participantes desta etapa da pesquisa		X		
8. Coleta do material empírico dessa fase da pesquisa		X	X	
9. Trabalho de campo e entrevistas		X	X	
10. Análise dos dados coletados e discussão de dados com produção de textos			X	X
11. Sistematização dos dados para elaboração do Relatório Parcial			X	X
12. Participação em eventos com resultados da pesquisa			X	X

9. BIBLIOGRAFIA

- ALLAN, Richard. Parliament, Elected Representatives and Technology 1997-2005: Good in Parts? Parliamentary Affairs, v. 59, n. 2, p. 360-365, 2006.
- ANDUIZA, Eva; Jensen, Michael J. y Jorba, Laia. (2012). Digital Media and Political engagement Worldwide. A Comparative Study, Cambridge, Cambridge University Press.
- BARBOUR, Michael K. Le Parlement et l'Internet: le present et l'avenir. Revue Parlementaire Canadienne, v. 22, n. 3, 1999.
- BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. A democracia participativa e sua prospecção futura—BRAGA, S. PERNA, A (2012). The Invisible Side of Political Participation. In: Mehmet Zahid Sobaci (University of Uludag, Turkey). (Org.). E-Parliament and ICT-Based Legislation: Concept, Experiences and Lessons. IGI Global. 237-257. Web. 6 Apr. 2012. doi:10.4018/978-1-61350-329-4.ch014. 1ed.New York: IGI Global, p. 237-257.
- BRAGA, S.; FRANÇA, A.; NICOLÁS, M. (2009). Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 17, p. 183-208, 2009.
- BRAGA, S.; MITOZO, I.B. TADRA, J. Funcoes educativas dos e-Parlamentos. Revista Educação & Sociedade, 2016.
- BRAGA, S.; SILVEIRA, S. A.; PENTEADO, Claudio. (2014). Cultura, política e ativismo nas redes digitais. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, v. 1. 344p.
- BRAGA, Sérgio; FARIA, C. (2015). Parlamentos e novas tecnologias: fortalecendo a representação política através de ferramentas de e-participação. In: André Sathler; Ricardo Braga. (Org.). Legislativo Pós-1988: reflexões e perspectivas. 1ed.Brasília: Edições da Câmara dos Deputados, 2015, p. 223-263.
- BREUER, A. WELP, Y. (2014). "Re-assessing ICTs for democratic governance in Latin America. In: Digital Technologies for Democratic Governance in Latin America, BREUER, ANITA Y WELP, YANINA, LONDRES- NUEVA YORK, ROUTLEDGE.
- BURNHAM, Peter et. Al. (2008). Research Methods in Politics. New York: Palgrave Macmillan.
- CAMPOS DOMÍNGUEZ, Eva María. El desarrollo de la ciberdemocracia en el Congreso de los Diputados: la comunicación e interacción entre ciudadanos y parlamentarios a través de internet (2004-2008). Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, 2011.
- CARLOMAGNO, M. C. (2015). Por dentro dos gabinetes: organização e profissionalização das assessorias parlamentares na comunicação em mídias sociais. Dissertação de Mestrado. UFPR.
- CARTER, Matt. Speaking up in the Internet age: use and value of constituent e-mail and congressional web-sites. Parliamentary Affairs, v. 52, n. 3, p. 464-479, 1999.
- CASTELLS, Manuel y Sey, Araba, 2004, "The internet and the political process" en Castells, Manuel (Ed.). The Network Society: A cross-cultural perspective. Northampton, Edwad Elgar

Publication.

- CHADWICK, A. & HOWARD, P. (2008). *Routledge Handbook of Internet Politics* (Routledge International Handbooks). London: Routledge.
- COLEMAN, S.; BLUMLER, J. G. (2009). *The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. New York: Cambridge Univ. Press.
- COLEMAN, S.; FREELON, D. (2015). *Handbook of Digital Politics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- COLEMAN, S.; SPILLER, J. Exploring new media effects on representative democracy. *The Journal of Legislative Studies*, v.9, n.3, pp. 1-16, 2003.
- COLEMAN, Stephen. Connecting parliament to the public via the Internet: Two case studies of online consultations. *Information, Communication & Society*, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2004.
- COLEMAN, STEPHEN; KAPOS, ILDIKO. (2010). New democracies, new media. What's new? A study of e-participation projects in third-wave democracies. Digitado.
- COLEMAN, Stephen; TAYLOR, John; VAN DE DONK, Wim (Ed.). *Parliament in the Age of the Internet*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- DAI, Xiudian. Prospects and Concerns of e-Democracy at the European Parliament. *The Journal of Legislative Studies*, v. 13, n. 3, p. 370-387, 2007a.
- DAI, Xiudian; NORTON, Philip. The internet and parliamentary democracy in Europe. *The Journal of Legislative Studies*, v. 13, n. 3, p. 342-353, 2007a.
- DALBOSCO, Vagner. *Mediação tecnológica da informação no parlamento: estudo de caso da Assembleia Legislativa de Santa Catarina*. [Dissertação] Mestrado em . Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- DALBOSCO, Vagner; VIERA, Angel Freddy Godoy. *Mediação tecnológica da informação no parlamento: estudo de uma assembleia legislativa no contexto brasileiro*. *Informação & Sociedade*, v. 21, n. 3, 2011.
- DIGITAL DEMOCRACY COMMISSION. Open Up! Report of the Speaker's Commission on Digital Democracy. House of Commons, January 2015. Accessible at: <http://www.digitaldemocracy.parliament.uk/> Accessed: 27 jan 2015.
- DUTTON, W. (2013). *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford University Press: Oxford.
- EHLERS, Vinicius de Borba Alves. *Participação popular na democracia digital: um estudo sobre o portal de participação legislativa do Senado Federal*. [Monografia]. Especialização em Gestão de Comunicação nas Organizações. Centro Universitario de Brasília, 2016.
- FARIA, C. (2012). O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? – Brasília : Câmara dos Deputados.
- FARIA, C.F. S. O Parlamento aberto na era da internet: Pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- FARIA, Cristiano Ferri Soares de; REHBEIN, Malena. A política de parlamento aberto: uma análise crítica da câmara federal brasileira. In: *Anais do CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA*, p. 1-32, Maio de 2015.
- FERGUSON, Ross. Parliament 2.0-harnessing participatory media to counter disengagement. *Canadian parliamentary review*, v. 31, n. 3, p. 27-29, 2008.
- FISHKIN, J. S. and R. C. LUSKIN (2005). "Experimenting with a Democratic Ideal: Deliberative Polling and Public Opinion. " *Acta Politica* 40: 284-298
- FRICK, M. (2005). "Parliaments in the Digital Age. Exploring Latin America", en *e-Working Papers* 2005/01. e-Democracy Centre (www.edemocracycentre.ch).
- FOX, Ruth. Engagement and Participation: What the Public want and how our politicians need to respond. *Parliamentary affairs*, v.62, n.4, pp.673-685, 2009.
- FUMEGA, S. SCROLLINI, M. (2012). "El acceso a la información y los gobiernos abiertos en América Latina", en *La promesa del gobierno abierto*. Disponible en: <http://www.lapromesadelgobiernoabierto.info/index.php>
- FUNG, A. Democratizing the policy process. In: MORAN, M.; REIN, M. et al. (ed.). *The Oxford handbook of public policy*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006. p. 667-683.
- FUNG, A. Minipublics: deliberative designs and their consequences. In: ROSENBERG, S. W. (ed.). *Deliberation, participation and democracy: can the people govern?* New York: Palgrave Macmillan, 2007. 312 p.
- GASTIL, J. *By popular demand: Revitalizing Representative Democracy Through Deliberative Elections*. University of California Press: California, 2000.

- HYNDMANN, M. (2008). *The Myth of Digital Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- IBOPE. Instituições políticas perdem ainda mais a confiança dos brasileiros. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Instituicoes-politicas-perdem-ainda-mais-a-confianca-dos-brasileiros.aspx>. 2015. Acesso em: 20/09/2016.
- JOHNSON, Dennis W. (Org.). *Congress online: Bridging the gap between citizens and their representatives*. Routledge, 2013.
- KELSO, Alexandra. Parliament and political disengagement: neither waving nor drowning. *Political Quarterly*, v. 78, n. 3, p. 364-373, 2007.
- KUKOVIC, Simona; HAČEK, Miro. The Distribution of E-democracy and E-participation Tools in Slovenian Municipalities. *World Political Science*, v. 10, n. 1, 2014.
- LASSE, B.; HEALY, M.; HAHAMIS, P.; DUNVILLE, D. Parliamentary web presence: a comparative review. In: *Proceedings of the 2nd International Conference on e-Government (ICEG 2006)*, 12-13 October 2006, Pittsburgh, USA. Academic Conferences International, p. 17-25, 2006.
- LESTON-BANDEIRA, C. Parliamentary functions portrayed on European parliaments' websites. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, out. 2009, pp. 13-27.
- LESTON-BANDEIRA, C.; THOMPSON, L. Truly Engaging Citizens with the Parliamentary Process? An Evaluation of Public Reading Stage in the House of Commons. 20th Workshop of Parliamentary Scholars and Parliamentarians, Wroxton College, 25-26 July 2015.
- LESTON-BANDEIRA, C.; WARD, S. *Parliaments in the Digital Age*. Oxford: Oxford Internet Institute Forum Discussion Report, v.13, 2008.
- LINDNER, Magnus; MILES, Lee. Becoming electronic parliamentarians? ICT usage in the Swedish Riksdag. *The Journal of Legislative Studies*, v. 13, n. 3, p. 422-440, 2007.
- LUSOLI, Wainer; WARD, Stephen; GIBSON, Rachel. (Re) connecting politics? Parliament, the public and the Internet. *Parliamentary Affairs*, v. 59, n. 1, p. 24-42, 2006.
- MACINTOSH, A.; ADAMS, N.; WHYTE, A.; JOHNSTON, J. ePetitioning in the Scottish Parliament. In *Digital Government*. Digital Government, Springer US, p. 487-501, 2008.
- MAIA, R. C. M. (Org.) ; GOMES, W.S. (Org.) ; MARQUES, F. P. J. A. (Org.) . *Internet e Participação Política no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- MAMBREY, Peter; NEUMANN, Hans-Peter; SIEVERDINGBECK, Kerstin. Bridging the gap between parliament and citizen-the Internet services of the Germany Bundestag. *Parliamentary Affairs*, v. 52, n. 3, p. 480-492, 1999.
- MARGETTS, H., JOHN, P., HALE, S., AND YASSERI, T. (2015) *Political Turbulence: How Social Media Shape Collective Action*. Princeton University Press.
- MARQUES, F. P. J. A.; SAMPAIO, R. C. (Org.) ; AGGIO, C. (Org.). (2013). *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2013. v. 1. 370p .
- MARQUES, F. P. J. A.; SILVA, Fernando Wisse Oliveira; MATOS, Nina Ribeiro. Estratégias de comunicação política online: Uma análise do perfil de José Serra no Twitter. *Contemporanea—Revista de Comunicação e Cultura*, v. 9, n. 3, p. 344-369, 2011.
- MARQUES, F.P.J.A. *Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro* (PHD Thesis). Salvador: UFBA, Faculdade de Comunicação, 2008.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MIOLA, Edna. Internet e Parlamento um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online. *E-Compos*, v.9, p.1-20, 2007.
- MENDONÇA, R. F. (Org.) ; SAMPAIO, R. C. (Org.) ; BARROS, S. A. R. (Org.) . *Deliberação online no Brasil entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação (no prelo)*. 1. ed. Salvador: Edufba, 2016. v. 1. 0p .
- MILL, J.S. *Considerations on representative government*. New York: Prometheus Books, 1991.
- MIOLA, Edna. Deliberação Online em Ambientes Institucionais: Um Estudo do Fórum de Discussão do Portal da Câmara dos Deputados. *Contemporanea-Revista de Comunicação e Cultura*, v. 7, n. 2, 2010.
- MISSINGHAM, Roxanne. E-parliament: Opening the door. *Government Information Quarterly*, v. 28, n. 3, p. 426-434, 2011.
- MITOZO, I.B. *Participação e deliberação em ambiente online: um estudo do Portal e-Democracia*. Dissertação [Mestrado em Comunicação], Universidade Federal do Ceará, 2013.
- MODERNISATION COMMITTEE. *Connecting Parliament with the Public*. 2004.

- MORENO, Eduardo; TRAVERSO, Diego B. E-participación en el Senado chileno: ¿Aplicaciones deliberativas?. *Convergencia*, v. 16, n. 51, p. 239-268, 2009.
- NICOLÁS, M.A. 2015.
- NICOLAU, J.; POWER, T. 2007.
- NORRIS, P. (2001). *Digital divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NORRIS, Pipa (2000), "Digital Divide. Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide", Chapter 8, "Virtual parties" .
- NORTON, P. *Parliament in British Politics*. 2nd Edition. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.
- OPENING PARLIAMENT. Declaration of Parliamentary Openness. Disponível em: <www.openingparliament.org/declaration>, 2012. Acesso em: 10 nov. 2015.
- OWEN, Diana; DAVIS, Richard; STRICKLER, Vincent James. Congress and the Internet. *The Harvard International Journal of Press/Politics*, v. 4, n. 2, p. 10-29, 1999.
- PANKE, Luciana (Org.) ; CERVI, Emerson Urizzi (Org.) . *Eleições nas Capitais Brasileiras em 2012*. 1. ed. Curitiba: e-book, 2013. v. 1. 190p .
- PAPALOI, Aspasia; GOUSCOS, Dimitris. E-Parliaments and novel parliament-to-citizen services. *JeDEM-eJournal of eDemocracy and Open Government*, v. 3, n. 1, p. 80-98, 2011.
- PATEMAN, Carole. *Participation and Democratic Theory*. London: Cambridge University Press, 1970.
- PEIXOTO, Tiago Carneiro. Open parliaments: technological enactment in state legislatures. [Tese de Doutorado]. Doutorado em Ciencia Política. European University Institute, 2013.
- PERISSINOTTO, R. (2013). Comparação, história e interpretação, por uma ciência política histórico-interpretativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28 n° 83 outubro.
- PERNA, Andréa; BRAGA, Sérgio. The Invisible Side of Political Participation: E-Participation Mechanisms and . In: *E-Parliament and ICT-Based Legislation: Concept, Experiences and Lessons: Concept, Experiences and Lessons*, p. 237, 2011.
- RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Possibilidades de Participação no Legislativo Municipal por meio de Portais Eletrônicos. In: *CONTECSI-International Conference on Information Systems and Technology Management*, p. 1478-1501, 2012.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian . Participação política na América Latina. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2015. v. 1. 159p.
- RIHOUX, B. (2006). Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Systematic Comparative Methods. *Recent Advances and Remaining Challenges for Social Science Research*. *International Sociology*, London, v. 21, n° 5, p. 679–706.
- ROCHA, Maria Neblina Orrico. Mecanismo de participação política online: o e-Cidadania. [Monografia]. Especialização em Comunicação Legislativa. Instituto Legislativo Brasileiro, 2015.
- ROMANELLI, Mauro. Designing e-sustainable parliaments. In: *Empowering Organizations*. Springer International Publishing, p. 29-38, 2016.
- RÖNLUND, A. E-Democracy: in Search of Tools and Methods for Effective Participation. IN: *Journal of Multi-Criteria decision analysis*, n°12, 2003, pp. 93-100.
- SAMPAIO, R. (2014). Orçamentos Participativos Online: Uma análise comparativa da oferta e do grau de sofisticação de ferramentas digitais de participação civil. Tese de Doutorado: Departamento de Comunicação Social da UFBA.
- SANTOS, Fabiano; POGREBINSCHI, Thamy. (2010). Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3.
- SEATON, Janet. The Scottish Parliament and e-democracy. In: *Aslib proceedings: New information perspectives*. Emerald, p. 333-337, 2005.
- SEPULVEDA, Alejandro Vivanco. Parlamento eletrônico e transformação da democracia representativa. [Dissertação]. Mestrado em Ciencia Política. Universidade de Campinas, 2002.
- SETÄLÄ, Maija; GRÖNLUND, Kimmo. Parliamentary websites: Theoretical and comparative perspectives. *Information Polity*, v. 11, n. 2, p. 149-162, 2006.
- SHAHIN, Jamal; NEUHOLD, Christine. 'Connecting Europe': The Use of 'New'Information and Communication Technologies within European Parliament Standing Committees. *The*

- Journal of Legislative Studies, v. 13, n. 3, p. 388-402, 2007.
- SHUGART, M.S.; CARREY, J.M. Presidents and Assemblies. Constitutional Design and Electoral Dynamics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SNIDER, J. H. (2005). The Failure of E-Democracy. Prepared for delivery at the 2005 Annual Meeting of the American Political Science Association, Marriott Wardman Park Hotel, Washington, DC
- SOARES, Grazielle Mendes. Cidadania online: o papel das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na ampliação do acesso à participação popular no Legislativo Mineiro. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 15, n. 24 , p. 169-199, jul./dez. 2013.
- SOBACI, Mehmet Zahid (Ed.). E-Parliament and ICT-Based Legislation: Concept, Experiences and Lessons: Concept, Experiences and Lessons. IGI Global, 2011.
- TAYLOR, John A.; BURT, Eleanor. Parliaments on the web: learning through innovation. Parliamentary affairs, v. 52, n. 3, p. 503-517, 1999.
- ULRICH, Matthias. eDemocracy: Public Online Engagement by the European Commission. [Tese] Doutorado em Economia. Universidade Maastricht, 2005.
- VAN ZANDEN et al., 2011.
- VEIGA, L.; GONDIM, S. M.G. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. Opinião Pública, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, pp. 1-15.
- VICENTE-MERINO, M. Rosa. Websites of parliamentarians across Europe. The Journal of Legislative Studies, v. 13, n. 3, p. 441-457, 2007.
- WARD, Stephen; GIBSON, Rachel; LUSOLI, Wainer. Old politics, new media: parliament, the public and the internet. Paper presented to the Political Studies Association Conference, University of Leeds, 5-7 April 2005.
- WELP, Y; BREUER, A. (2014). Digital Technologies for Democratic Governance in Latin America: Opportunities and Risks. United Kingdom: Routledge.
- WELP, YANINA Y MARZUCA, ALEJANDRA (2014) "South American Politics in the Information Age. A Study of Political Parties and MPs on the net in Argentina, Paraguay and Uruguay", en Digital Technologies for Democratic Governance in Latin America: Opportunities and Risks. Breuer and Welp (eds.). UK, Routledge.
- WELP, YANINA. (2008). "América Latina en la era del gobierno electrónico. Análisis de la introducción de nuevas tecnologías para la mejora de la democracia y el gobierno", Revista del CLAD Reforma y Democracia núm 41.
- WELP, YANINA. (2011). "Bridging the Political Gap? The adoption of ICTs for the improvement of Latin American Parliamentary democracy", en Zahid Sobaci (Ed.), E-Parliament and ICT-Based Legislation: Concept, Experience and Lessons, IGI Global Publisher.
- WIEDENHÖFER, Torben; HEGER, Oliver; PIPEK, Volkmar. Towards Societyware: Evaluation of an online petitioning system for parliaments. In: Olav W Bertelsen, Susanne Bødker, Fiorella de Cindio, Volkmar Pipek (Eds.), International Reports on Socio-Informatics (IRSI), Proceedings of the COOP 2014 Workshop on Collaborative Technologies in Democratic Processes, Vol. 11, n. 1, p. 88-97, 2014.
- WINCKLER, Ingrid. A construção da participação digital e o papel da tecnologia: o caso da consulta pública você no parlamento no município de São Paulo. [Tese]. Doutorado em Administração. Universidade Federal da Bahia, 2015.
- ZITTEL, Thomas. Digital parliaments and electronic democracy: a comparison between the US House, the Swedish Riksdag and the German Bundestag. In: GIBSON, R.; ROMMELE, A.; WARD, S. Electronic Democracy: Mobilization, Organization and Participation via new ICTs. London: Routledge, 2004, p. 70-95.



Sergio Braga

Professor de Ciência Política do PPGCP/UFPR

DECISO/UFPR

Email: sssbraga@gmail.com

Obs.: Os itens de 2 a 9 podem ser agrupados ou expandidos de acordo com as características do projeto.